VIII CBEO
VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
01 a 03 de Julho - Florianópolis/SC

O PAPEL DA OCDE NA REITERAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE BARATEAMENTO DA VIDA

LUÍS PAULO NALLIN DE OLIVEIRA[1];
EDUARDO MILANI BOSELLI [2]

[1]*Universidade Estadual de Maringá – luispaulonallin@gmail.com*
[2]*Universidade Estadual de Maringá – pg55434@uem.br*

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar como as propostas para um desenvolvimento mundial apresentado pela OCDE se relacionam com a noção de vida barata. Para tanto, analisamos o documento *Relatório do Secretário-Geral aos Ministros,* da OCDE, segundo uma lente decolonial que argumenta a permanência de um processo de colonização com dimensões cognitivas para a exploração e o barateamento de recursos. Tal posicionamento teórico possibilitou a identificação dos enunciados assumidos e difundidos por tal instituição, que atua na definição e implementação de regras e de padrões que buscam facilitar a disseminação do progresso econômico. Verificamos no documento características que demonstram uma hierarquização das pessoas, expressada numa lógica econômica colonial de valoração da vida, permitindo a instrumentalização da vida de pessoas marginalizadas por esse sistema.

Palavras-chave: Colonialidade. Vida barata. Organizações. Capitaloceno. Decolonial.

Sobre o trabalho

A expansão territorial europeia, que abarcou regiões denominadas atualmente como Índia, África e América, foi pautada sob a difusão de um suposto avanço civilizacional e de racionalidade eurocêntrica, voltada para a exploração de recursos. Esse processo foi além da mera ocupação geográfica, estendendo-se à imposição do domínio europeu sobre as populações e culturas locais. Os povos nativos foram subjugados, suas culturas desvalorizadas e, frequentemente, violentamente reprimidos. A investida para a conquista e o controle sobre os territórios colonizados, além de modificar a paisagem geográfica, teve um impacto profundo na vida e na cultura dos povos indígenas e africanos.

Como apontado por Quijano (2005) e Porto-Gonçalves e Leff (2015), essa colonização resultou na marginalização e na opressão das populações não europeias, que serviram de sustentação principalmente aos interesses econômicos e políticos da Europa. Para sua efetivação, essa expansão territorial europeia se manifestava como um exercício de poder sobre as populações e recursos das regiões colonizadas. Esse legado colonial deixou um rastro de desigualdade e injustiça que continua a afetar as sociedades contemporâneas dessas regiões.

O capitalismo teve suas raízes na intermediação de transações comerciais, nas quais papéis e contratos negociáveis desempenhavam um papel de troca fundamental, posteriormente o sistema se expandiu das relações comerciais para abranger as relações de trabalho na Europa (HUNT; SHERMAN, 2005). Contudo, sob a ótica do Capitaloceno, a transformação desse sistema foi além das simples trocas de mercadorias, sejam elas de trabalho ou serviços, e passou a abarcar as relações humanas, consolidando-se como um sistema de poder, de lucro e de reprodução social (MOORE, 2017, p.13).

Os estudiosos Patel e Moore (2018, p. 33) sugerem que, na atualidade, a continuidade da operação de tal sistema depende da expansão de fronteiras na busca de territórios a serem rentabilizados por meio da exploração barata da natureza, incluindo aí os seres humanos. Nessa perspectiva, a expansão das fronteiras "[...] oferecem lugares onde as novas coisas podem ser obtidas - e onde o trabalho barato de seres humanos e outras naturezas pode ser coagido" (PATEL; MOORE, 2018, p. 33).

Considerar o Capitaloceno e a dinâmica da expansão de fronteiras significa, entre outras coisas, dar destaque ao embaratecimento da natureza, na qual a vida humana está circunscrita, como uma estratégia para maximização de lucros. Esse processo envolve a busca por novos recursos, por meio da exploração das populações locais e dos ecossistemas nativos, e também inserem parte da população marginalizada no circuito de consumo mundial em favorecimento do crescimento econômico. Assim, o embaratecimento não é apenas uma estratégia econômica, mas também uma manifestação do poder do capital sobre os territórios e as pessoas, constituindo um fluxo de exploração e desigualdade na contemporaneidade.

Nesse contexto, a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), pode ser entendida como um agente que, em sua atuação, participa desse processo de expansão de um contexto em que o imperativo as relações econômicas se sobrepõem aos diferentes modos e possibilidades de organizações de governança em nível nacional. Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) enquadram que as ações da instituição estão voltadas para a manutenção do fluxo econômico, ambiental e social, com vistas a atender primeiramente as demandas econômicas.

Diante do contexto histórico de colonização na América-latina, indagamos: como a OCDE está posicionada em relação ao desenvolvimento de países tidos como periféricos? Tendo em mente tal questão, o objetivo deste trabalho é analisar como as propostas para um desenvolvimento mundial apresentado pela OCDE se relacionam com a noção de vida barata. Entendemos que a relação de dependência estabelecida entre a vida barata e o progresso é um elemento de hierarquização da vida, ao mobilizar a mesma lógica de colonialidade na contemporaneidade, com potencial de despojar um número crescente de populações em condições socioeconômicas precárias.

Para atendimento do objetivo proposto, optamos por selecionar o documento *Relatório do Secretário Geral para Ministros*, da OCDE (2019), que expressa de modo mais generalizado visões e propostas de ações em torno de um ideal de progresso, que possibilitou a investigação qualitativa do posicionamento, dos pressupostos e dos valores da organização.

Para tanto, procedemos na tentativa de estabelecer uma aproximação entre o documento escolhido e estudos decoloniais, no sentido de entender quais reflexões tais estudos podem oferecer a partir dos enunciados presentes no documento. Consequentemente, buscamos elaborar, a partir de uma lente decolonial, possibilidades de interpretação dos posicionamentos da OCDE e seus possíveis desdobramentos em relação à reiteração de práticas colonizadoras. Cabe salientar que este trabalho investe sobre a apresentação de novas nuances e reflexões sem a intenção de exaurir a discussão elencada.

A OCDE e o Barateamento da Vida

A divisão binária entre a Humanidade e a Natureza é ferramenta para a reprodução do capitalismo, a partir da construção de um quadro de valoração sobre o que é humano e o que é menos-que-humano, sendo esse último passível de exploração. Moore (2017, p. 7) expressa que a origem da natureza barata está vinculada à prática "[...] de acumular e organizar não apenas corpos humanos, mas de atribuir seu valor através do binário Humanidade/Natureza". Essa prática violenta possibilitou que "[...] humanos pudessem ser transferidos para o domínio dos não-humanos (ou não-muito humanos)" (MOORE, 2017, p. 7).

A inferiorização da natureza evidencia que o capitalismo vai além de um sistema econômico, ele se constitui "[...] como uma ecologia mundial situada e multiespecífica de capital, poder e reprodução" (MOORE, 2017, p. 16). Nessa perspectiva, o desenvolvimento e a continuidade do capitalismo dependem da existência de uma série de elementos baratos com potencial de exploração, incluindo aí a vida de grupos constituídos como menos-que-humanos. Desse modo, a natureza barata é entendida a partir de "[...] um sistema de dominação, apropriação e exploração que reconhece a diversidade de atividades humanas e extra-humanas necessárias ao desenvolvimento capitalista, mas não diretamente valorizadas ('pagas') pela economia monetária" (MOORE, 2017, p. 27). Assim, a expansão do capitalismo sobre o território explorado, por um lado, suprime as relações sociais e ecológicas e, por outro lado, busca produzir um novo mercado consumidor .

Além disso, as violências sobre o conhecimento e a cultura também são modos que a colonialidade utiliza na organização da vida barata, integrando-as em um circuito de produção e consumo. A colonialidade mobiliza "[…] um processo de apropriação e controle do espaço geográfico, de seus povos e recursos, revelando as relações de poder que atravessam o campo da ecologia política" (PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2015, p.73). Nesse sentido, seus efeitos incluem relações de poder que ressignificam a natureza e a cultura, que perpassam o cotidiano da população, por meio de

> [...] uma disputa sobre os significados atribuídos à natureza nas cosmogonias e práticas socioeconômicas das organizações culturais […]. A condição para a reprodução das relações de produção capitalistas é a separação permanente de povos e grupos étnicos de suas condições materiais/naturais de existência, com a destruição dos modos comunitários de produção e vidas mundiais, com homens e mulheres individualizados de um lado, e a natureza sem pessoas do outro, convertidas em meras forças de produção e mercadorias (PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2015, p. 73).

Consoante, há a proposição de se levar a solução para territórios locais por meio de programas regionais orientados pela OCDE que "[...] oferecem uma canal valioso para trazer não membros mais perto dos instrumentos, políticas e práticas da OCDE, resultando em uma maior transmissão de aceitação dos nossos padrões" (OCDE, 2019, p. 38). Esses programas são estratégicos para se estabelecer um alcance em escala global mesmo que o escopo de atuação deles seja local, e para a exploração de novas oportunidades de empreendimentos lucrativos. O documento também destaca a necessidade de mapear e de atuar dentro dessas localidades. Esses pequenos pontos focais representam novas perspectivas de mercado, uma vez que "[...] uma maior proximidade com as realidades dos países também aumentará o impacto do nosso trabalho no nível local, principalmente porque nos concentramos mais nos fatores locais do empreendedorismo e na criação de empregos" (OCDE, 2019, p. 34).

Entre outras coisas, a noção de colonialidade coloca relevo em uma dinâmica intersubjetiva que produz procedimentos e técnicas que definem as populações que possuem valor e as com potencial de serem exploradas. A reiteração de tais práticas possui como efeito a precarização da vida nos territórios alvos dessa lógica, possibilitando a exposição de populações à riscos à saúde e à violência dos mais variados sistemas produtivos. Isso ocorre por meio da supressão de culturas, de práticas e de valores locais, no intuito de difundir os modos capitalistas de ser, de pensar, de se organizar e de consumir no cotidiano das pessoas.

Atrelado à isso, o conhecimento valorizado pela OCDE em suas formulações provêm de organizações altamente especializadas, como a UN System e a Bretton Woods Institutions, que não aglutinam as vivências das pessoas afetadas em seus cotidianos pelos entraves debatidos por tais instituições. A perspectiva adotada ressalta que eles "[...] são atores chaves no corrente sistema multilateral, alavancando conhecimento coletivo através das especialidades deles" (OCDE, 2019, p. 27). Desse modo, a busca por soluções dos impasses mundiais contemporâneos ocorre circunscrita em uma mesma perspectiva de mundo, a dos negócios, do empreendimento e do investimento rentável, desconsiderando a existência de outras possibilidades que não sejam fundamentadas no desenvolvimento econômico.

A via que se constitui como economicamente rentável é evidenciada até mesmo nas propostas de criação de pontos de conexão com outras instituições sociais como sindicatos, ONGs, fundações filantrópicas e a comunidade em geral, "[...] especialmente aqueles que se sentem deixados para trás" (OCDE, 2019, p. 48), no que concerne aos rendimentos do capital.

Um outro aspecto da difusão de tais práticas na globalidade implicam em

> [...] um piso básico de práticas sociais comuns para todo o mundo, e uma esfera intersubjetiva que existe e atua como esfera central de orientação valorativa do conjunto. Por isso as instituições hegemônicas de cada âmbito de existência social, são universais para a população do mundo como modelos intersubjetivos. Assim, o Estado-nação, a família burguesa, a empresa e a racionalidade eurocêntrica (QUIJANO, 2005, p. 113).

Nessa direção, a OCDE reforça a necessidade de se estabelecer regras que disseminam um ideal de progresso e de desenvolvimento social experienciado por países do norte global, propagando tal noção como essencial aos demais países do mundo. Assim, ao esclarecer e difundir regras econômicas universais, a OCDE estimula um imperativo desenvolvimentista, tecnológico e industrial. A instituição assinala:

> Nós precisamos de uma globalização baseada em regras claras, definidas e aceitas que podem ser aplicadas a todos. [...] Precisamos redobrar nossos esforços para alcançar a maior parte de países de economias não-OCDE para participarem dos instrumentos chaves da OCDE (OCDE, 2019, p. 36-37).

A necessidade de formulações explícitas sobre o processo de globalização mencionada pela OCDE permite indagar: quais seriam os atores responsáveis por tais formulações? Mais especificamente: seriam as comunidades locais incluídas nesse processo? Um indicativo das pessoas priorizadas para o estabelecimento de normas está na vinculação da diretoria da organização com profissionais e chefes de alto escalão das mais distintas organizações e Estados, evidenciando uma ausência de pessoas e organizações que lidam com as populações mais afetadas pelos problemas que a instituição em questão busca soluções. De acordo com a agenda de encontros do Secretário-Geral da OCDE, ele

> [...] participou de mais de 560 reuniões bilaterais formais ao longo do ano. Incluíram 57 reuniões formais com chefes de estado ou de governo, 21 reuniões com chefes de organizações internacionais e 153 reuniões com ministros, além de inúmeras interações informais com alto-nível de oficiais/funcionários e partes seniores interessadas (OCDE, 2019, p. 12).

Spivak (2014) ressalta a existência de um aparato institucional mundial que, em certa medida, inibe e barra a manifestação das populações com suas demandas e saberes locais, silenciando seus modos de vida e seus questionamentos acerca dos efeitos da colonialidade. Sobre a parcela marginalizada da população, muitas vezes não acadêmica, não especialista e alocada "[...] no outro lado da divisão internacional do trabalho do capital socializado, dentro e fora do circuito da violência epistêmica da lei e educação imperialistas" (SPIVAK, 2014, p. 70), a autora questiona: "[...] *pode o subalterno falar*?" (SPIVAK, 2014, p.70). Assim, a violência epistêmica é expressa por meio do silenciamento e do apagamento da cultura e dos saberes locais, disseminando uma "[...] perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo" (QUIJANO, 2005, p. 116), passível de intervenção das estratégias globais que buscam desenvolvimento e o progresso econômico.

Na esteira das últimas indagações, cabe inquirir: quais interesses seriam atendidos por tais formulações? Cabe relacionar o atendimento a interesses específicos com as fontes de financiamento da organização que, em 2018, teve 53% de seus proventos derivados dos países membros do grupo, 27% deles foram relativos a acordos de cooperação realizados com países que recebem os programas desenvolvidos por ela e os 20% faltantes fluíram de "[...] outros itens do orçamento, incluindo pensões e verbas especiais" (OCDE, 2019, p. 26). Adicionalmente, a organização estabelece que a sua articulação em um cenário global, busca atender uma preocupação em "[...] servir melhor os nossos países membros e dar suporte para as agendas globais deles" (OCDE, 2019, p. 38).

Considerações preliminares

Tendo em vista a presença da OCDE atuante com a prerrogativa de atender as necessidades dos membros constituintes do grupo e, adicionalmente, buscar melhorar o campo de negócios internacionais por meio de iniciativas transnacionais, nos colocamos a tarefa de analisar o *Relatório do Secretário Geral para Ministro*s. Sendo assim, o objetivo do trabalho foi analisar como as propostas para um desenvolvimento mundial apresentado pela OCDE se relacionam com a noção de vida barata.

Cabe mencionar que, para analisarmos tal documento, nos pautamos em teorias críticas ao capitalismo, como apresentadas por Patel e Moore (2018) que pontuam que o capitalismo atual necessita de coisas baratas para o seu funcionamento. Como os autores propõem, o funcionamento do capitalismo depende da contínua exploração de fronteiras territoriais, a fim de se apropriar de recursos baratos, incluindo aí a natureza e as pessoas, as quais são reintroduzidas nessa lógica pela via do consumo. Mostramos, portanto, que em larga medida a OCDE investe na elaboração e propagação de normas, de valores, de práticas e processos implicados na promoção de um ideal de progresso econômico. Esse ideal pode ser alinhado com a noção de vida barata na medida que é alcançado por meio de práticas que mobilizam um repertório dicotômico e colonial em territórios marcados pela colonização europeia. Ao mesmo tempo, a organização busca identificar novos empreendimentos dentro dos territórios de coisas baratas, aqui compreendidos como países que não são membros da OCDE.

Também é necessário dizer que outras teorias que nos deram suporte foram decoloniais, contestando o processo cognitivo civilizatório ainda existente hoje, como a colonialidade do pensamento eurocêntrico também mobilizado pela OCDE (QUIJANO, 2005; PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2015). É notório que na articulação dos processos de elaboração de diretrizes com pretensão universal, a organização reitera o silenciamento daqueles que são impedidos de falar, por meio de um sistema que não permite a oportunidade deles de se manifestar e de, consequentemente, serem ouvidos.

Em diversos momentos, o documento da OCDE mobiliza o pressuposto de que o caminho do progresso é o único trajeto a ser seguido pelas demais nações, podendo incluir

algumas adaptações, mas prioritariamente centrado na diminuição de barreiras para proporcionar a exploração de coisas transformadas em recursos, seja a natureza ou as pessoas constituídas às margens do mundo eurocentrado.

Para isso, o documento apresentou ações e diretrizes que, por um lado, instituem políticas que visam proporcionar aos países membros e não membros, mesmo que de modo desigual, uma interconexão de consumo, de ressignificação cultural, de subalternização da vida para a exploração econômica. Por outro lado, ainda que no nível do discurso seja mencionado a intenção de escuta, pelos especialistas, de grupos que "[...] que se sentem deixados para trás" (OCDE, 2019 p. 48), as populações que mais sofrem com a situação da desigualdade mundial não são levadas em consideração na elaboração dos problemas que, em alguma medida, são constituídos pelo próprio funcionamento do sistema econômico.

Uma das limitações deste estudo é que aqui não foi contemplado o aspecto das resistências à efetivação dessas práticas que operam segundo uma lógica colonizadora. Tal limitação implica em um campo de possibilidades, no qual é possível investigar os mecanismos e estratégias que emergem no tecido social e que subvertem os investimentos imperialistas para acumulação de capital.

Por fim, o processo de colonialidade acontece por diferentes vias, não apenas por instituições já estabelecidas, mas é necessário que nos posicionemos diante disso. Que confrontemos as decisões políticas, midiáticas, e todas as formas que tentam nos subjugar.

Referências

HUNT, E.K. SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus; 2005.

HOPWOOD, B. MELLOR, M. O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable development**, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005.

MOORE, J. W. The Capitalocene, Part I: On the nature and origins of our ecological crisis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017.

OCDE. Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). **Secretary-General's Report to Ministers 2019**. 2019.

PATEL, R.; MOORE, J. W. **A história do mundo em sete coisas baratas**. Editorial Presença, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C.W.; LEFF, E. Political Ecology in Latin America: The Social Re-Appropriation of Nature, the Reinvention of Territories and the Construction of an Environmental Rationality. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35: p. 65-88, 2015.

QUIJANO. A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Coleccion Sur Sur. Ciudad Autônoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** 2. Reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2014.